

# Governo anuncia pacote anticrise para ajudar vendas

Medidas, que devem ser anunciadas hoje, terão benefícios fiscais e desonerações para setores como vestuário e varejo

**Priscilla Arroyo e Ruy Barata Neto**, de Brasília  
redacao@brasileconomico.com.br

O governo federal anuncia hoje um novo pacote anticrise que terá, além de medidas para estimular o crédito, como adiantou ontem o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, (*leia ao lado*) propostas de desoneração e de incentivos fiscais, em especial para os setores de vestuário e varejo, inclusive, com a possibilidade de beneficiar a linha branca. A proposta é ampliar os incentivos já anunciados dentro do Plano Brasil Maior — que favoreceram os segmentos de confecções, couro, calçados e de tecnologia da informação.

Para o setor de vestuário, o governo deverá reduzir o percentual de 1,5% de tributação que passou a incidir sobre o faturamento bruto das empresas como contrapartida da isenção do pagamento da alíquota de 20% de contribuição previdenciária. “O imposto (de 1,5%) ainda não é satisfatório para o setor, mas estamos estudando para chegar a um ponto satisfatório”, afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em reunião com empresários do segmento na última sexta-feira, como adiantou o **BRASIL ECONÔMICO**. A tributação sobre o faturamento deve recuar de 1,5% para 0,8%.

## Passando o chapéu

Esse também é o percentual defendido pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), pelo Sindivestuário e pelo Sindi-

têxtil. Na reunião com Mantega na semana passada, o setor apresentou uma série de pedidos que, segundo eles, poderão reduzir os efeitos predatórios da concorrência com os produtos importados — em especial os chineses. Na lista das reivindicações estão estímulos para obtenção de financiamento de capital de giro, restrição à entrada de importados no país e ampliação da desoneração sobre a folha de pagamento (dado às empresas de confecção) para os demais segmentos da indústria têxtil.

Segundo o presidente da Abit, Aguinaldo Diniz Filho, o setor têxtil pede que a desoneração da folha seja optativa e não linear como é para o setor de confecção. Ele explica que a me-

“**A carga tributária de uma peça de vestuário significa 42%, com o Simples cai para 13%”. Queremos ampliar esse benefício para todas**

**Ronald Masijah**  
Presidente do Sinditêxtil

didada tem gerado reclamações porque há diferenças nos modelos de negócios das empresas. “Para as que se dedicam à exportação, por exemplo, a desoneração da folha pode não ser vantajosa”, diz. Ronald Masijah, presidente do Sinditêxtil, complementa a lista, pedindo um regime diferenciado de tributação — similar ao Simples — para todas as empresas de confecção. “Queremos ampliar esse benefício para todas, pois está acontecendo efeito de pulverização das que não têm esse benefício. A carga tributária de uma peça de vestuário significa 42%, com o Simples cai para 13%”, diz.

## Concorrência

De acordo com o Sindivestuário, em 2011, houve queda de 17% nas vendas da indústria de confecção para o varejo, ao mesmo tempo em que as vendas para o consumidor final cresceram 10%. “A explicação está na entrada de importados, principalmente da China”, diz Masijah, lembrando que a importação de peças prontas subiu 62%. Cenário que, segundo ele, impediu a geração de 60 mil empregos e provocou cerca de 2.000 demissões. “Os dados demonstram que quem produz está sendo penalizado em detrimento a quem vende pelas facilidades competitivas das importações chinesas”, completa Filho, da Abit. Alfredo Bonduki, presidente do Sinditêxtil, apresentou ao ministro estudo sobre os subsídios chineses que mostra que para cada US\$ 1 exportado, o governo subsidia US\$ 0,16. ■

## OS PEDIDOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL

- Sinditêxtil pede desoneração de 11% e a criação de um tributo que incide sobre peças de vestuário importadas pelo volume físico, não pelo valor.
- O Sindivestuário quer a adoção de um regime diferenciado, igual ao Simples, para as empresas de confecção, o que reduziria a carga tributária de 42% para 13%.
- A Abit pede que a desoneração da folha (de 20%) seja optativa para o setor têxtil e não linear como foi fixado para a confecção no Plano Brasil Maior.



**Vestuário:**  
proposta é reduzir a tributação sobre o faturamento de 1,5% para 0,8%

## FOLHA DE PAGAMENTO

## Desoneração vai mexer com a

O Senado aprovou recentemente duas medidas provisórias que fazem parte do Plano Brasil Maior, que estabelece a política industrial do país para o período de 2011 a 2014. O foco é desonerar tributos da folha de pagamento de empresas de confecções, calçados e de tecnologias da informação (TI) e da informação e comunicação (TICs), além de call center. A medida funcionará até 2014, em uma espécie de projeto piloto, no qual serão acompanhados os efeitos da desoneração na Previdência. As medidas foram encaminha-

das para sanção presidencial.

Estes setores deixarão de pagar a alíquota de 20% de contribuição para a Previdência Social e passarão a pagar um percentual sobre a receita bruta, que será de 2,5% para empresas de TI, TICs e call center e de 1,5% nos demais casos (*leia ao lado*). Para as empresas de transporte público coletivo, com exceção de cooperativa, a alíquota é de 2%.

## Reintegra

Outra medida importante contida nas MPs, o Reintegra (Regime Especial de Reintegração de



# Estímulo ao crédito está na lista de medidas, diz Pimentel

A pedido do varejo e da indústria, governo vai retirar restrições anunciadas no ano passado

**Ruy Barata Neto**, de Brasília  
rneto@brasileconomico.com.br

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, adiantou ontem que o Ministério da Fazenda prepara novas medidas de estímulo ao crédito para manter a economia aquecida e, assim, conter o impacto da crise internacional no Brasil. Segundo o ministro, o governo deve flexibilizar ainda mais as chamadas medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central no final de 2010 para conter a expansão do crédito — e sua consequente pressão sobre a inflação. “O que estamos discutindo e a Fazenda está preparando tem mais a ver com crédito. Vamos levantar as restrições de crédito que tinham sido feitas no início do ano”, afirmou.

Segundo Pimentel, as medidas devem afetar principalmente o varejo, o que pode se refletir, por exemplo, na extensão de prazos de financiamento. “O varejo pode aumentar o prazo, pode tirar a entrada no crédito ao consumidor”, disse Pimentel. “Tem muita coisa que poderá ser feita.”

As medidas estão sendo elaboradas para atender parte das reivindicações de setores como o varejista e o têxtil (*leia mais ao lado*). Apesar do discurso otimista — de que o Brasil tem condições de enfrentar a crise — o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem olhado com atenção e preocupação para a desaceleração do nível de atividade econômica no país.

Para o **BRASIL ECONÔMICO**, o presidente da Coteminas (Companhia de Tecidos Norte de Minas), Josué Gomes da Silva, disse que ficou claro que o Banco Central não tinha como avaliar o nível de desaceleração ao qual o país poderia chegar com as medidas macroprudenciais e que agora a tentativa é para reequilibrar o efeito dessa restrição ao crédito. “O BC estava certo em adotar medidas para fazer com a que a inflação convergissem para o centro da meta e agora, na calibragem que está sendo feita para aumentar o nível de atividade econômica do país”, disse Silva.

Mas no mercado varejista

**Pimentel: o varejo poderá elevar o crédito e aumentar os prazos para estimular consumo**



Dorivan Marinho/Folhapress

Divulgação



**Josué Gomes da Silva**  
Presidente da Coteminas

**“O Banco Central tenta, agora, reequilibrar o efeito das medidas de restrição ao crédito. A calibragem que está sendo feita é para aumentar o nível da atividade econômica”**

nem todas as opiniões são unânimes. Um dos donos das rede de varejo Pernambucanas, Frederico A. Lundgren, diz que estimular ainda mais o crédito pode ser arriscado. Segundo ele, o nível de endividamento das famílias já se aproxima de 25% da renda, um patamar considerado “limite” por ele. “Acho que é difícil aumentar o crédito para o consumo”, diz, lembrando que, por ser uma empresa familiar, a Pernambucanas é bastante conservadora e tem um sistema de concessão de crédito rigoroso. E mesmo assim, afirma, A rede já percebe inadimplência nas compras acima do normal. “Crédito mais barato todos nós queremos, mas precisa ter um limite para não acabarmos enfrentando inadimplência.”

Neste ano, o Banco Central já adotou medidas para estimular o consumo, suspendendo parte das restrições, além de ter iniciado um processo de redução da taxa básica de juros (*leia mais nas páginas 4 e 5*). ■

## INDÚSTRIA

### Pacote para o setor automobilístico será publicado no dia 15

O governo deve publicar até o dia 15 de dezembro o segundo decreto deste ano que institui uma série de incentivos para a instalação de fábricas do setor automobilístico e estimula as indústrias que já estão produzindo no país. Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no setor automotivo, que atualmente é de 30%, vai aos poucos ficar restrita aos produtos 100% importados. Essa tributação é feita sobre as empresas que não promovem nacionalização dos produtos e não utilizam até 65% de partes produzidas no Mercosul. **ABR**

## Previdência

Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) teve seu decreto assinado nesta semana pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. O texto traz medidas para estimular exportações. Em um regime especial, o exportado terá de volta 3% da receita de bens manufaturados. O valor poderá ser requerido em espécie ou usado para quitar débitos existentes junto à Receita Federal. A expectativa é que o decreto seja regulamentado hoje. ■ **Redação**